

OPINIÃO

Manobras de agosto



VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
Professor universitário

A reunião do Conselho do BCE (que reúne os seis membros da comissão executiva e os 17 governadores dos bancos centrais da Zona Euro) terá de dar boas notícias no comunicado final da reunião de hoje. Por duas razões. Primeiro, para honrar a palavra do seu Presidente Mario Draghi, que prometeu uma resposta “suficiente” ao ataque especulativo à dívida de Espanha e Itália. Em segundo lugar, sem boas notícias, os mercados voltarão ao ataque, e Agosto assistirá a mais uma das famosas reuniões de emergência do Conselho Europeu. O que está em cima da mesa é a eventual atribuição de uma licença bancária ao Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que ainda nem sequer entrou em vigor, devido ao Tribunal Constitucional Alemão, que o levou para trabalho de férias. O MEE não tem capacidade, com os seus 500 mil milhões de euros (que poderão ser alargados até 700 mil milhões no máximo), nem de evitar, e ainda menos responder a um eventual pedido de resgate de Madrid e Roma.

A ideia de transformá-lo num banco permitiria duas coisas: a) garantir-lhe o acesso a fundos quase ilimitados do BCE à taxa de juro de 0,75%; b) garantir uma descida abrupta da pressão sobre a dívida pública na Zona Euro, sacudindo o pânico que alimenta as ofensivas especulativas. Como seria de prever, fazem-se ouvir os contabilistas germânicos do costume, gritando contra os riscos de inflação. Importa recordar-lhes que a inflação é um perigo meramente potencial face ao perigo real das políticas de austeridade, impostas por Berlim, que têm semeado a destruição e o sofrimento inúteis. Fazer do MEE um banco seria apenas um expediente transitório. O importante é fazer do BCE um banco central a sério. Que não hesite em fazer financiamento monetário se o que estiver em causa for a salvação pública. Como é, sem dúvida, o caso presente.